DIÁRIO SINDSEP MARANHÃO
www.sindsep.org.br Sindsep.MA Sindsep Maranhão
Ano XIX Nº 4146
09 de Fevereiro de 2021
Terça-feira
Filiado à CUT CONDSEF FENASPEF

Aumento de alíquota da previdência social: mais arrocho para o funcionalismo

A partir de 1º de março deste ano, o salário de todos os servidores, incluindo o de aposentados e pensionistas, ficará ainda menor com a aplicação das novas alíquotas da Previdência Social, resultantes da reforma da previdência (EC 103/2019). Para regulamentar a nova cobrança, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 14 de janeiro de 2021, a Portaria nº 636 da Secretaria Especial da Previdência do Ministério da Economia (SERPRT/ME).

Os novos percentuais das contribuições previdenciárias serão aplicados de forma progressiva sobre a base de contribuição do servidor ativo de quaisquer dos Poderes da União, incluídas suas entidades autárquicas e suas fundações, incidindo cada alíquota sobre a faixa de valores compreendida nos respectivos limites. Já na remuneração de aposentados e pensionistas, os percentuais incidirão sobre o valor da parcela dos proventos que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (R$ 6.351,00), hipótese em que será considerada a totalidade do valor do benefício para fins de definição das alíquotas aplicáveis.

Para o secretário-geral do Sindsep-DF, Oton Pereira Neves, a única forma de reverter mais esse ataque ao funcionalismo público é a unidade da categoria. "Esse reajuste é mais uma razão para lutarmos pelo fim do governo Bolsonaro, contra a reforma administrativa e pela revogação da Emenda Constitucional 103", afirmou.

De acordo com a emenda, a nova alíquota de 14% pode ser reduzida ou majorada, considerando o valor da base de contribuição ou do benefício recebido, de acordo com os seguintes parâmetros:

I – até 1 (um) salário-mínimo, redução de seis inteiros e cinco décimos pontos percentuais;

II – acima de 1 (um) salário-mínimo até R$ 2.203,48 (dois mil, duzentos e três reais e quarenta e oito centavos), redução de cinco pontos percentuais;

III – de R$ 2.203,49 (dois mil, duzentos e três reais e quarenta e nove centavos) até R$ 3.305,22 (Três mil, trezentos e cinco reais e vinte e dois centavos), redução de dois pontos percentuais;

IV – de R$ 3.305,23 (Três mil, trezentos e cinco reais e vinte e três centavos) até R$ 6.433,57 (Seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e sete centavos), sem redução ou acréscimo;

V – de R$ 6.433,58 (Seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e oito centavos) até R$ 11.017,42 (Onze mil, dezessete reais e quarenta e dois centavos), acréscimo de meio ponto percentual;

VI – de R$ 11.017,43 (Onze mil, dezessete reais e quarenta e três centavos) até R$ 22.034,83 (Vinte e dois mil, trinta e quatro reais e oitenta e três centavos), acréscimo de dois inteiros e cinco décimos pontos percentuais;

VII – de R$ 22.034,84 (Vinte e dois mil, trinta e quatro reais e oitenta e quatro centavos) até R$ 42.967,92 (Quarenta e dois mil, novecentos e sessenta e sete reais e noventa e dois centavos), acréscimo de cinco pontos percentuais; e

VIII – acima de R$ 42.967,92 (Quarenta e dois mil, novecentos e sessenta e sete reais e noventa e dois centavos), acréscimo de oito pontos percentuais.

Fonte: Sindsep/DF

No primeiro mês do ano, preços da cesta básica mantêm tendência de alta

Os preços dos alimentos básicos mantiveram sua tendência de alta no primeiro mês do ano, segundo o Dieese. Pela pesquisa divulgada nesta segunda-feira (8), o valor da cesta básica em janeiro aumentou em 13 de 17 capitais. Se considerados os últimos 12 meses, há altas na faixa de 30%, várias vezes acima da inflação.

As principais altas, segundo o Dieese, foram registradas em Florianópolis (5,82%), Belo Horizonte (4,17%) e Vitória (4,05%). O instituto apurou redução em quatro capitais do Nordeste: Natal (-0,94%), João Pessoa (-0,70%), Aracaju (-0,51%) e Fortaleza (-0,37%). O menor preço da cesta foi o de Aracaju (R$ 450,84) e o maior, em São Paulo (R$ 654,15), onde houve aumento de 3,59%.

Salário mínimo

Com base na cesta mais cara, o Dieese estimou em R$ 5.495,52 o salário mínimo necessário para as despesas básicas de uma família de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças). É praticamente cinco vezes o valor oficial (R$ 1.100).

O tempo médio necessário para adquirir os produtos foi de 111 horas e 46 minutos, menor do que em dezembro (115 horas e 8 minutos). E o trabalhador remunerado pelo piso comprometeu, na média, 54,93% do salário mínimo para comprar os alimentos básicos, ante 56,57% no último mês de 2020.

Produtos mais caros

Entre os produtos, o preço do açúcar aumentou em 15 cidades, com destaque para Florianópolis (12,58%), Campo Grande (11,44%) e João Pessoa (7,19%). "O volume ofertado foi menor por causa da entressafra e da pressão das usinas para segurar a cotação, o que explica a alta no varejo", diz o Dieese.

A banana (prata e nanica) também subiu em 15 capitais, especialmente em Florianópolis (20,70%), Goiânia (12,50%) e Brasília (11,76%). Já a carne bovina de primeira teve alta em 14 cidades: de 0,17% (João Pessoa) a 6% (Curitiba). A batata, pesquisada em 10 capitais, subiu em nove.

O feijão, por sua vez, aumentou em 12. O carioquinha, pesquisado no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, em Belo Horizonte e São Paulo, variou de 2,71% (Goiânia) a 9,16% (Belém). Já o feijão preto, nas capitais do Sul, em Vitória e no Rio de Janeiro, aumentou em todos os locais, principalmente Florianópolis (4,82%), Rio de Janeiro (1,85%) e Vitória (1,85%). "Problemas climáticos acarretaram redução da disponibilidade de feijão e alta nos preços. Parte da oferta de feijão preto foi garantida por grão importado", informa o Dieese.

Em 12 meses, a variação da cesta básica vai de 16,73% (Natal) a 33,17% (Florianópolis). No Rio de Janeiro e em São Paulo, o aumento foi próximo (26,99% e 26,40%, respectivamente), enquanto na capital federal somou 27,14%.

Fonte: CUT

EXPEDIENTE: Diário SINDSEP/MA é uma publicação diária do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA
Av. Newton Bello, 524 - Monte Castelo, CEP 65035-430, São Luís - Maranhão. Fone: (98) 2108-0001. E-mail: comunicacao@sindsep.org.br
Presidente: Raimundo Pereira de Souza *Secretaria de Comunicação:* José Alfredo Duarte Torres, Marcos José Costa Ferreira e Valter Cezar Dias Figueiredo
Assessor: Ricardo Milán (DRT 785) *Redação:* Nielsen Furtado (DRT 789) *Projeto Gráfico e Diagramação:* Giancarlo Cunha *Redes Sociais:* Rafael Costa